

Por que o Brasil não investe?

* GIL CASTELLO BRANCO

Journalista e historiador Ronaldo Costa Couto cunhou há vários anos frase curiosa: “O primeiro economista da história foi Cristóvão Colombo, que quando partiu não sabia para onde ia e quando chegou não sabia onde estava. Tudo por conta do governo”. A fábula voltou à tona no anúncio do PIB brasileiro do terceiro trimestre, ocasião em que as previsões dos economistas revelaram-se um autêntico fiasco.

Palpites à parte, ficou claro que os pacotes homeopáticos do governo para elevar os investimentos privados e públicos foram insuficientes, o que impediu o crescimento sustentável da economia brasileira e o desempenho mais robusto do PIB. E por que os investimentos não acontecem?

Quanto aos investimentos privados, a retração pode ser explicada, entre outros fatores, pelo cenário internacional nebuloso, pela desindustrialização do País (de-

corrente da valorização do real, da concorrência chinesa, da infraestrutura precária e dos custos dos salários e bens de produção), pela falta das reformas tributária, trabalhista e previdenciária e pela instabilidade das regras do jogo. Ademais, o governo anuncia parcerias, mas desconfia dos empresários.

Nos investimentos públicos, são inúmeros os nós a desatar. Em primeiro lugar, é preciso que os vários agentes aprendam a conciliar investimento com democracia. Não por acaso, as maiores taxas de crescimento do PIB nas últimas décadas aconteceram durante as ditaduras. De fato, nas épocas do “cumpra-se”, não havia as preocupações de hoje com o meio ambiente, com o patrimônio público e com os direitos trabalhistas, indígenas, sociais, entre outros. Atualmente, existem emaranhados de leis, decretos e portarias que afetam questões diretamente relacionadas aos empreendimentos. As obras passam necessariamente pelas exigências, prazos e fiscalizações do Ministério Público, Ibama, Funai, Iphan, CGU e TCU, além das ONGs e da imprensa. Digamos de passagem, melhor assim.

O crescimento da burocracia e do formalismo dos órgãos de controle foi agravado pela formação inadequada dos gestores públicos, pela desvalorização dos funcionários de carreira e pelo excesso das funções comissionadas. Na prática, a “estrutura de fiscalização” cresceu muito mais do que a “máquina de execução”.

A corrupção endêmica também influi no ritmo das obras. A inevitável “faxina” do ano passado, por exemplo, afetou significativamente os investimentos do Ministério dos Transportes neste ano. Diante dos escândalos, os novos gestores cercaram-se de cuidados, até para não se verem envolvidos nas falcatruas que demitiram seus antecessores. Assim, de janeiro a novembro de 2011, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) investiu R\$ 9,5 bilhões, enquanto em 2012, no mesmo período, as aplicações foram de apenas R\$ 7,7 bilhões. Na Valec, nos 11 primeiros meses de 2010, os investimentos foram de R\$ 2 bilhões. Em 2011 e 2012, caíram para R\$ 1,3 bilhão e R\$ 890 milhões, respectivamente.

Todos os fatores mencionados – dentre outros que poderiam ser

elencados – levam à morosidade dos empreendimentos públicos. Nos últimos 17 anos, o percentual médio de execução dos investimentos da União foi de apenas 60%. De cada R\$ 10 autorizados pelo Congresso Nacional, somente R\$ 6 foram utilizados. Em 2012, não está sendo diferente. Embora o Orçamento-Geral da União (OGU) contenha dotação de R\$ 90,4 bilhões, faltando 20 dias para o encerramento do exercício, apenas R\$ 40,6 bilhões foram desembolsados, incluindo os restos a pagar. Em algumas empresas esta-

Nos últimos 17 anos, de cada R\$ 10 autorizados pelo Congresso, somente R\$ 6 foram utilizados

tais, os resultados também são pífios. Na Infraero, de 2007 a 2011, foram investidos apenas 47,7% dos valores previstos. Em 2012, dos R\$ 2 bilhões prometidos, somente 39% foram realizados até outubro. E ainda querem que grupos internacionais se associem à empresa brasileira.

No PAC, os anúncios oficiais registram, entre 2007 e setembro de

2012, “aplicações gerais” de R\$ 1 trilhão e “ações concluídas” de R\$ 716,6 bilhões. Mas, se excluirmos das “ações concluídas” os empréstimos habitacionais às pessoas físicas, restarão R\$ 370 bilhões, o que significa pouco mais de R\$ 60 bilhões ao ano. Esse montante médio anual de “ações concluídas” envolve as estatais, o setor privado, o OGU, as contrapartidas dos Estados e municípios, os financiamentos ao setor público e os subsídios do Minha Casa, Minha Vida. No frigid dos ovos, é muito pouco.

Na verdade, temos no PAC um grande canteiro de obras inacabadas. No último balanço, a ministra Miriam Belchior disse que os atrasos em obras são “regra do jogo”. E a regra é clara, como diria o árbitro Arnaldo Cezar Coelho. Entre as maiores obras, os prazos de conclusão vêm sendo postergados, apesar de o governo conservar sempre em seus balanços a informação “adequado”. A Refinaria Abreu e Lima, por exemplo, segundo os balanços de 2007, ficaria pronta no 4.º trimestre de 2010. Na nova estimativa, ficará pronta em 30/11/2014. A Usina de Belo Monte, que seria concluída em janeiro de 2014, agora entrará em ati-

vidade em janeiro de 2019. Acredite quem quiser.

O governo tem tentado contornar os entraves. Para despertar o “espírito animal” dos empresários, desonerou folhas de pagamento, baixou os juros, lançou o pacote dos portos e vai baratear a energia. Em relação aos investimentos públicos, criou o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as obras do PAC e isentou-as do cálculo do superávit primário. Aproximou-se também do TCU e do Ibama para reduzir as paralisações e agilizar as licenças ambientais e, ainda, lançou editais para contratar centenas de funcionários para o Dnit e para a Valec. Afinal, investir é preciso.

Se os efeitos serão rápidos, são outros quinhentos. Como dezembro é época de previsões, quem quiser saber com precisão quanto crescerá o PIB em 2013 deve ouvir os economistas, mas, também, consultar os astros, ler as cartas e jogar os búzios...

* ECONOMISTA, É FUNDADOR DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS. E-MAIL: GIL@CONTASABERTAS.ORG.BR

Humor S.A.



Impostômetro, jurômetro, mensalômetro

* CLÓVIS PANZARINI

Associação Comercial de São Paulo desenvolveu interessante dispositivo eletrônico, conhecido por “impostômetro”, que supostamente mede em tempo real a evolução da arrecadação tributária dos três níveis de governo. Sucesso de público e de crítica, ele mostra a cada segundo a mão leve do governo aliviando o bolso dos cidadãos brasileiros. Claro que a cachoeira de números que enfeita o display do aparelho não representa a efetiva entrada, a cada segundo, de receita tributária nos cofres da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.561 municípios. Nem sequer o governo tem essa informação com tanta preseteza. A apuração da efetiva arrecadação tributária nos três níveis de governo demanda meses de trabalho após o encerramento de cada ano.

O impostômetro, imagino, é uma espécie de ampuheta digital que derrama a cada segundo um grão da estimativa da arrecadação tributária mensal distribuída linearmente pelos 2.592.000 segundos de cada mês. Nem por isso o impostômetro pode ser considerado impostor. Essa teatralização do debate tributário tem importante efeito pedagógico e desperta na sociedade a percepção de que o governo custa caro.

A efetiva arrecadação tributária brasileira agregada de 2011 foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em setembro deste ano, com a publicação do *Balanco do Setor Público Nacional - 2011* (www.tesouro.fazenda.gov.br). A receita líquida (RL, descontadas as transferências a Estados e municípios) do governo federal, de acordo com a STN, somou R\$ 817,9 bilhões. No período, gastaram-se com a Previdência Social R\$ 281,4 bilhões (34,4% da RL) e com os juros nominais da dívida pública, outros R\$ 180,6 bilhões (22,1% da RL).

Para a saúde e a educação, a União destinou apenas 8,7% e 6,5%, respectivamente, de sua receita líquida.

Esses números assustam: de cada R\$ 100 da receita líquida federal, R\$ 56,50 esvaem-se pelos improdutos ralos da Previdência Social e dos juros da dívida pública. No ano passado, o superávit primário (receitas menos despesas não financeiras) do governo federal, a sua “poupança” para honrar a dívida, foi de R\$ 93 bilhões, suficiente apenas para pagar cerca de metade (51,5%) dos juros devidos.

Considerados os três níveis de governo, a receita líquida consolidada alcançou no ano passado R\$ 1.578,1 bilhões, tendo a Previdência Social e os juros devorados, respectivamente, 20% e 14,8% daquele total. Com educação e saúde, os três níveis de governo gastaram apenas 13,8% e 12,3%, respectivamente, da receita líquida agregada. E com segurança pública, para alegria da

Talvez com eles os contribuintes-eleitores elegessem melhores gestores públicos

bandagem, gastaram apenas 3,4% daquele valor. O superávit primário agregado, exceto o das empresas estatais, foi de R\$ 126,2 bilhões, suficiente para pagar apenas 54% dos juros nominais do setor público (R\$ 233,5 bilhões, desconsiderados os das empresas estatais) no ano passado. O resto virou dívida nova. O governo entrou no cheque especial para pagar a fatura do cartão de crédito.

Mais importante do que amaldiçoar a carga tributária – moda do momento – é fiscalizar e exigir eficiência e decência no gasto público. Aquela é consequência deste, pois o setor público não deve arrecadar menos do que gasta, sob pena de ter de emitir dinheiro novo, o que significa inflação adicional, que dói mais do que imposto no bolso do povo. Ou aumentar a dívida, que exige mais esforço fiscal futuro. Sim-

ples assim.

Festou-se, recentemente, a redução tributária concedida para automóveis e outros bens de consumo com o objetivo de aquecer a economia, mas essa generosidade do governo está sendo feita à custa de sacrifício do superávit primário, o que implicará nova dívida do governo. Ou melhor, da sociedade. Para o corrente ano, o governo federal acaba de confessar que o seu superávit primário (R\$ 71,4 bilhões) será ainda menor do que o do ano passado. Esforços fiscais adicionais se anunciam. Com menos investimentos ou mais impostos...

Mais do que clamar por redução de impostos, é preciso que os cidadãos percebam que sai de seu bolso cada centavo que o governo gasta e passe a prestar mais atenção na qualidade da despesa pública. O “jurômetro”, dispositivo análogo ao “impostômetro” criado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que supostamente mede em tempo real o dinheiro público vazando pelo ralo dos juros, é um passo adiante nesse sentido.

Seria interessante se fosse possível criar, também, uma espécie de mensalômetro, que mostrasse em tempo real o dinheiro público esvaindo-se para o esgoto dos mensalões, do inchaço da máquina estatal, do superfaturamento das obras públicas, das ONGs fajutas, das empreiteiras fantasmas, das *garçonnières* presidenciais e de outros malfeitos que cotidianamente nos assombram.

Talvez com isso os contribuintes-eleitores passassem a eleger melhores gestores públicos, criando-se assim condições para a redução dos impostos com responsabilidade fiscal. Sem cortes de despesa, o clamor pela redução da carga tributária soa pueril.

* ECONOMISTA, SÓCIO-DIRETOR DA CP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. FOI COORDENADOR DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. SITE: WWW.CPCONSULTORES.COM.BR

O ‘eixo antiausteridade’ franco-brasileiro

* MARCO ANTONIO ROCHA

“Abaixo a austeridade, viva o crescimento.”

Dilma Rousseff e François Hollande (presidente da França) poderiam ter abandonado, na semana passada, o ambiente do Fórum pelo Progresso Social, organizado pela Fundação Jean-Jaurès e o Instituto Lula, para pichar com spray o slogan acima nas ruas de Paris, de onde, desde a queda da Bastilha, são despatchadas para o mundo vibrantes palavras de ordem. “A imaginação no Poder!”, de 1968, foi das mais bonitas, apesar de destituída de conteúdo prático e de não ter chegado a nenhum resultado.

Mas França e Brasil, com Dilma e Hollande, que, como diria o velho *Pasquim*, “racionam em bloco” – com perdão de Ziraldo, Jaguar & Cia. –, já formaram, segundo o respeitável *Le Monde*, um formidável “eixo antiausteridade”, cuja primeira ação foi a proposta de criar, na ONU, um Conselho de Segurança da Estabilidade Econômica e Social, espelho do atual Conselho de Segurança, do qual o Brasil, não se sabe bem por que, se empenha em fazer parte.

O objetivo da formação desse novo conselho, explicou Hollande – segundo o nosso correspondente Andrei Netto –, é garantir que nenhuma política de reforma econômica seja adotada sem um plano (talvez ele tenha querido dizer sem um estudo) do impacto sobre o aumento do desemprego e da pobreza.

Independente do fato de que o que isso garante, na prática, é a impossibilidade da adoção de qualquer reforma econômica, o mais provável é o novo conselho – caso chegue de fato a ser criado, na esteira da enorme força política que Brasil e França já exibiram na ONU – se mostrarão inoperante quanto o de Segurança. O que não seria uma probabilidade lamentável, já que muito pior seria ele se mostrar operante.

A ideia é sedutora e deverá contar com a adesão antecipada de alguns países como Grécia, Espanha, um pouco a Itália, talvez a Irlanda, Portugal e Argentina. São países que puseram abaixo a austeridade e, por isso, vivem hoje em busca de meios para tentar retomar algum crescimento econômico.

Acharada, embutida nos princípios da boa governança, é que a austeridade é que gera os recursos necessários para promover o crescimento econômico saudável. Ora, dadas a ansiedade das sociedades modernas e a urgência com que suas demandas precisam ser atendidas, seu corpo político – e os governos são o corpo político das sociedades – não se dispõe a esperar que a austeridade proporcione os recursos para o crescimento.

Resultado mais imediato de crescimento se obtém com endividamento, o que é uma maneira de sacar, hoje, contra a promessa de austeridade no futuro. Só que,

Dilma Rousseff e François Hollande de mãos dadas para mudar tudo isso que está aí...

quando chega o momento de essa promessa se cumprir, o governo de plantão não vê por que de va apertar o cinto para cumprir o trato que seus antecessores acordaram. Na verdade, vai adiando, com novos tratos e novos compromissos, a hora da verdade, até que os credores digam “chega!”. Como se dizia no tempo em que o Brasil entrou nesse processo: dívida não se paga, rola-se. Bem, rolamos até que não deu mais para rolar, naquele momento de 1982 em que o México se declarou em moratória e os guichês dos empréstimos internacionais se fecharam para todos os países “em desenvolvimento” (ainda não eram chamados de “emergentes”).

Mas toda vez que governos de “centro-esquerda”, no Brasil como o PT e na França com Hollande, por exemplo, chegam ao poder, torna-se moda jogar pedra

na Geni da austeridade e defender as virtudes do crescimento.

No Fórum parisiense, Hollande defendeu “uma virada” nas políticas macroeconômicas, com a redução da ênfase em medidas de austeridade e aumento da ênfase em estímulo ao crescimento, geração de emprego e de renda. Não sendo economista, não me aventurei a opinar, pois não sei se isso é possível nem saberia avaliar quais seus efeitos. Só sei que toda política econômica tem dupla face: uma, positiva; e outra, negativa. E o problema é saber qual o saldo líquido.

De qualquer forma, os economistas se dividem há muito tempo entre formalistas e experimentalistas. Os primeiros, orientados *by the book*, pelo manual; e os outros, pelo desejo de descobrir alguma fórmula que desafie o manual e de algum modo proporcione aquela satisfação especial que seria “comer do bolo e conservá-lo, ao mesmo tempo”.

No Brasil do PT tem sido possível, pelo menos até agora, oferecer nacos cada vez maiores do bolo à comilança dos consumidores e fazê-lo crescer. O problema é que o crescimento do bolo tem sido a cada ano menor, sugerindo que, em algum momento, os nacos ofertados ao distinto público também terão de ser menores. Mas essas são advertências pessimistas. O ministro Mantega, um otimista, que nunca perderá o emprego, porque nunca viu ninguém ser demitido por otimismo, garante-nos que o bolo vai voltar a crescer no ano que vem – e melhor, com nacos maiores sendo ofertados aos consumidores. Tomara!

Já sua chefe, contagiada, promete, da França, a construção de 800 aeroportos e 10 mil quilômetros de ferrovias, no seu governo. Apesar de nada disso ter acontecido em dez anos de PT, acho que esse fervor otimista não se via desde JK – que Deus o tenha! –, quando o Brasil avançou “50 anos em 5”. Não foi?

* JORNALISTA. E-MAIL: MARCOANTONIO.ROCHA@ESTADAO.COM